

Movimentos socioterritoriais na luta contra estrangeirização do território: o caso da Liga Nacional de Carperos no Paraguai¹

Lorena Izá Pereira

Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – João Pessoa, Paraíba, Brasil
e-mail:lorena.izap@gmail.com

Resumo

A estrangeirização corresponde ao controle do território, entendido na sua multidimensionalidade e multiescalaridade, pelo capital estrangeiro. Na América Latina o processo é histórico, bem como as resistências ao mesmo. O Paraguai, desde 1870, corresponde a um território formado para atender as necessidades de expansão do capital regional e, atualmente, estima-se que 35% do seu território esteja em posse de estrangeiros (PEREIRA, 2019). Neste sentido, no Paraguai a luta pelo território é uma luta contra a estrangeirização. Este artigo tem como objetivo debater acerca de movimentos socioterritoriais considerados *soberanistas* (FOGEL, 2013), isto é, movimentos que atuam na luta contra a entrada do capital estrangeiro no território. Utilizamos como estudo de caso a Liga Nacional de Carperos (LNC), movimento criado em 2010 no Paraguai com o objetivo de recuperar a soberania. A LNC tem realizado importantes ações, atraindo a atenção não apenas nacional, mas também em âmbito internacional, visto que ocupa terras pertencentes a agentes estrangeiros. Assim, a LNC representa a recriação da luta pelo território no Paraguai.

Palavras-chave: Estrangeirização; território; movimentos socioterritoriais; soberania; resistência.

Socioterritorial movements in the struggle against foreignization of the territory: the case of the Liga Nacional de Carperos in Paraguay

Abstract

Foreignization corresponds to the control of territory, understood in its multidimensionality and multiscale, by foreign capital. In Latin America the process is historical as well as the resistance to it. Since 1870, Paraguay has been a territory formed to meet the needs of regional capital expansion, and currently it is estimated that 35% of its territory is in the possession of foreigners (PEREIRA, 2019). In this sense, in Paraguay the struggle for territory is a struggle against foreignization. This article aims to debate about socio-territorial movements considered sovereign (FOGEL, 2013), that is, movements that act in the struggle against the entry of foreign capital in the territory. We used as case study the Liga Nacional de Carperos (LNC), movement created in 2010 in Paraguay with the objective of regaining the sovereignty. LNC has been carrying out important actions, attracting not only national but also international attention, as it occupies land owned by foreign agents. Thus, the LNC represents the recreation of the struggle for territory in Paraguay.

¹ Artigo inicialmente apresentado no I Encontro Latino Americano de Movimentos Socioespaciais e Socioterritoriais (ELAMSS), ocorrido em São Paulo (Brasil) em janeiro de 2019. Após o debate nas mesas e colóquios, o artigo foi modificado. Artigo oriundo da pesquisa de doutorado em Geografia intitulada “A Tríplice Aliança continua sendo um grande êxito: os regimes de controle do território paraguaio (1870-2019)”, defendida em 2019 outubro de 2019 no Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Pesquisa desenvolvida com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Keywords: Foreignization; territory; socio-territorial movements; sovereignty; resistance.

Movimientos socioterritoriales en la lucha contra la extranjerización del territorio: el caso de la Liga Nacional de Carperos en Paraguay

Resumen

La extranjerización de la tierra corresponde a la apropiación del territorio, entendido en su multidimensionalidad y multiescalaridad, por el capital extranjero. En América Latina el proceso es histórico, así como las resistencias al mismo. Paraguay, desde 1870, es un territorio formado por las necesidades de expansión del capital regional y, actualmente, se estima que el 35% de su territorio esté en posesión de extranjeros (PEREIRA, 2019). En este sentido, en Paraguay la lucha por el territorio es una lucha contra la extranjerización. Este trabajo tiene como objetivo debatir acerca de movimientos socioterritoriales considerados soberanistas (FOGEL, 2013), es decir, movimientos que actúan en la lucha contra la entrada del capital extranjero en el territorio. Utilizamos como estudio de caso la Liga Nacional de Carperos (LNC), movimiento creado en 2010 en Paraguay con el objetivo de recuperar la soberanía. La LNC ha realizado importantes acciones, atrayendo la atención no sólo nacional, sino también a nivel internacional, ya que ocupa tierras pertenecientes a agentes extranjeros. Así, la LNC representa la recreación de la lucha por el territorio en Paraguay.

Palabras-clave: Extranjerización; territorio; movimientos socioterritoriales; soberanía; resistencia.

Introdução

Este artigo é resultado de reflexões possibilitadas pelo desenvolvimento da pesquisa de doutorado intitulada “A Tríplice Aliança continua sendo um grande êxito’: os regimes do controle do território paraguaio (1870-2019)”. Historicamente o capital necessita da incorporação de novos territórios para a manutenção da acumulação, especialmente como alternativa diante de crises de sobreacumulação (HARVEY, 2003 e 2018). No Sul global este processo ocorre majoritariamente através da atuação de agentes estrangeiros, a intitulada estrangeirização do território. Entendemos a estrangeirização como um processo de controle do território – compreendido como espaço multidimensional e multiescalar constituído por meio de relações de poder (RAFFESTIN, 1993) – por diferentes agentes internacionais [empresas, fundos de investimentos, latifundiários e Estados] e através de diferentes mecanismos, cujo objetivo é garantir a acumulação de capital. A estrangeirização envolve a alteração da territorialidade e o neoextrativismo² para atender as demandas do capital estrangeiro.

Embora seja um processo histórico, o mesmo apresenta características únicas no século XXI, como a ascensão de uma nova ordem mundial multipolar (OLIVEIRA, 2016), convergência de múltiplas crises, intensificação da financeirização da economia e também da

² Agricultura orientada para o monocultivo, geralmente com alto grau de tecnificação, mas com pouco ou nenhum processamento e com destino a exportação (GUDYNAS, 2010).

agricultura, globalização neoliberal e do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2002). A partir de 2008, com o ápice da crise financeira nos EUA, há uma intensificação da corrida mundial por terras como alternativa para garantir a acumulação de capital. A América Latina é um dos principais alvos do capital estrangeiro³ (SAUER e LEITE, 2012) e, embora o subcontinente apresente características gerais, como colonização europeia e regimes ditatoriais a partir da década de 1950⁴, cada país apresenta elementos singulares. No Brasil, por exemplo, há uma forte entrada do capital financeiro, especialmente de fundos de pensão de universidades (PITTA, CERDAS e MENDONÇA, 2018). Já na Argentina, a estrangeirização se materializa por meio de empresas e pessoas físicas que investem na apropriação da natureza (CÁCERES, 2015; FUNDACIÓN AMIGOS DE LA TIERRA, 2015).

O Paraguai apresenta características únicas, como a presença massiva de agentes regionais, altamente influenciada pela geopolítica da América do Sul (PEREIRA, 2019); papel intenso do Estado paraguaio na atração de investimentos e na legitimação da violência contra movimentos socioterritoriais. A estrangeirização do território torna o Paraguai um país de paradoxos, visto que é o sexto maior produtor e terceiro maior exportador de soja em escala global, com 3.400.000 hectares cultivados e 10.262.575 toneladas produzidas na safra 2017/2018 (CAPECO, 2019), ao mesmo tempo que apresenta a maior concentração fundiária do mundo, com o índice de Gini de 0,93 (FOGEL, 2018); ademais de alta taxa de pobreza, onde 28,86% da população paraguaia vive abaixo da linha de pobreza, o que corresponde a quase 2.000.000 de habitantes (DGEEC, 2017) e alto índice de insegurança alimentar, que, segundo a FAO (2018), a porcentagem de paraguaios em estado de subalimentação corresponde a 11,2%.

Assim como há uma renovação da estrangeirização, há uma recriação da luta pelo território de acordo com o movimento da realidade. Significa que novas estratégias de resistências são constituídas diante o avanço do agronegócio estrangeiro. A (re)criação dos movimentos socioterritoriais é uma destas. Primeiramente ressaltamos entendemos movimentos socioterritoriais como aqueles no qual o trunfo é o território, ou seja, *razão de sua existência* é seu território de vida (FERNANDES, 2005), movimentos sociais que têm como objetivo central a apropriação do espaço em busca de seu projeto político (HALVORSEN, FERNANDES e TORRES, 2019).

O território é um trunfo no movimento de enfrentamento e de resistência ao capital (RAFFESTIN, 1993). Fernandes (2005, p. 31) argumenta que “todos os movimentos produzem algum tipo de espaço, mas nem todos os movimentos têm o território como trunfo”.

³ Segundo o Portal LandMatrix (2019), de 2000 a 2018, cerca de 9.235.600 hectares de terras foram transacionados na América Latina, totalizando 301 transações. Maiores informações disponíveis em: <https://landmatrix.org/region/latin-america/>. Acesso em: 18 dez. 2019.

⁴ Com domínio dos EUA através da *Alianza para el progreso* e operação Condor.

Assim, os movimentos socioterritoriais partem da perspectiva geográfica para compreender a luta. Os camponeses organizados em movimentos socioterritoriais produzem espaços – políticos, sociais e culturais – através de suas ações.

No Paraguai, a intensa estrangeirização do território reflete na constituição e nas ações dos movimentos socioterritoriais. O principal exemplo é a Liga Nacional de Carperos (LNC), que exerce uma importante luta através da reivindicação de áreas controladas pelo capital estrangeiro e é considerado um movimento socioterritorial *soberanista* (FOGEL, 2013), com o lema “mais do que terra, queremos soberania” (PEREIRA, 2016). De acordo com Ezquerro-Cañete e Fogel (2018, p. 100) “Desde hace tiempo, se viene evidenciando una orientación nacionalista dentro del movimiento campesino (...) esto es en parte una consecuencia de la represión sufrida por las organizaciones campesinas durante el régimen de Stroessner”.

Neste sentido, este artigo tem como objetivo debater acerca de movimentos socioterritoriais na luta contra a estrangeirização do território no Paraguai através do caso da LNC. Para alcançar este objetivo, realizamos uma revisão bibliográfica sobre estrangeirização do território, acerca da constituição dos movimentos socioterritoriais paraguaios e recriação das resistências, pois entendemos que a criação de movimentos com pautas exclusivas de luta contra o capital estrangeiro é uma recriação da luta de acordo com o movimento da realidade. Ademais, realizamos trabalhos de campo no Paraguai entre 2015 e 2019, bem como entrevistas com especialistas e movimentos socioterritoriais⁵. Este artigo está estruturado em três tópicos. Primeiramente abordaremos acerca da estrangeirização do território paraguaio. Em um segundo tópico sobre a constituição de movimentos socioterritoriais no Paraguai e, por fim, debateremos a Liga Nacional de Carperos, elencando seus objetivos e estratégias de luta contra o capital estrangeiro.

A estrangeirização do território no Paraguai: breves apontamentos

O Paraguai é um caso singular na América Latina. Entre 1811 e 1870 o país passou por um período de independência política e econômica do império hegemônico Inglaterra (ARRIGHI, 1996) e dos capitais regionais, no qual o regime de propriedade era estatal (VILLAGRA, 2009). Ao final Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870)⁶ o Paraguai estava

⁵ Enfatizamos que não entrevistamos a Liga Nacional de Carperos por questões de acesso. Devido aos conflitos intensos nos foi aconselhado a não realizar trabalhos de campo na região de atuação do movimento.

⁶ A Guerra da Tríplice Aliança, também conhecida erroneamente como Guerra do Paraguai, foi o maior conflito armado da América do Sul, no qual Brasil, Argentina e Uruguai lutaram contra o Paraguai. Há diferentes versões sobre a Guerra. Defendemos que a Tríplice Aliança em conjunto com a Grã-Bretanha, entendiam o Paraguai como uma ameaça, visto que o mesmo apresentava índices de desenvolvimento econômico sem ser dependente do capital regional ou britânico (PEREIRA, 2019).

devastado demográfica, social e economicamente⁷. Como o país necessitava de capital para liquidar as dívidas geradas pela Grande Guerra, foram promulgadas as *Leyes de Venta de Tierras Públicas* em 1883 e 1885. Tal legislação possibilitou a entrada do capital estrangeiro no Paraguai, além de criar uma classe de camponeses sem-terra. De acordo com Kleinpenning (2014), entre 1885 e 1914 foram vendidos 24.700.000 hectares de terra em todo o Paraguai por um valor total de US\$ 10.600.000,00, no qual o preço médio pago por hectare era de US\$ 0,42.

Neste momento empresas e latifundiários oriundos da Argentina, Espanha e Grã-Bretanha foram os principais agentes da apropriação do território paraguaio (PEREIRA, 2018a e 2018b). A área de interesse foi o Chaco devido ao baixo preço da terra e a abundância de Quebrachos para a extração do tanino (substância usada para curtimento de couro e de grande interesse do capital estrangeiro). O principal exemplo é Carlos Casado, que em 1886 adquiriu 5.625.000 hectares fundando a empresa *Compañía de Tierras Hispano-Paraguaya Limitada*⁸ (CABALLERO, 2014).

Uma série de acontecimentos assolaram até a década de 1940, como a queda no preço internacional do tanino e consequente decadência do setor na Argentina e no Paraguai, ademais de uma alteração geopolítica na América do Sul, com a ascensão da hegemonia brasileira no subcontinente (BREZZO e YEGROS, 2013). O Brasil, concomitantemente passava por um momento de modernização da agricultura o que resultou na migração de pequenos e grandes produtores para a Região Fronteiriça Oriental do Paraguai, a chamada *Marcha para o Oeste*. Estes brasileiros, em 1970, introduziram o cultivo de soja no país, a chamada *Invasão brasileira*, que segundo a população paraguaia e entrevistados durante trabalho de campo é de caráter colonial e imperialista (VERA e RIQUELME, 2013).

Pontuamos que *boom* da soja na década de 1970 não foi impulsionado apenas por interesses brasileiros no Paraguai devido a modernização da agricultura e aumento do preço da terra no sul do Brasil, mas também foi uma estratégia de desenvolvimento nacional de colonização motivada, em grande parte, pela política de Alfredo Stroessner⁹ de aproximação com o Brasil (EZQUERRO-CAÑETE, 2016). Em 1990, com o avanço do neoliberalismo na América Latina (RUBIO, 2001) e de novas tecnologias produtivas que permitiram uma *eficiência no controle*, emergiu um momento na expansão do agronegócio regional para o Paraguai, marcado especialmente pela expansão do capital brasileiro e argentino e, a partir de 2008, do capital uruguaio devido a dinâmicas locais e regionais, principalmente no que

⁷ No início da Guerra a população paraguaia estava estimada em 800.000 habitantes e em 1872 a população total do país era de 231.196 habitantes (PASTORE, 1972).

⁸ Atualmente os herdeiros de Casado mantêm 450 hectares de terra no Chaco Paraguai em nome *Compañía de Tierras Hispano-Paraguaya Limitada* (CABALLERO, 2014).

⁹ Stroessner foi presidente do Paraguai durante a ditadura militar (1954-1989). O Partido Colorado, partido da ditadura, governa o país até os dias atuais.

tange ao aumento da concentração fundiária no país, materializada no desaparecimento de pequenos produtores e crescimento de propriedade registradas em nome de sociedades anônimas¹⁰ (PEREIRA, 2019).

Neste sentido, afirmamos que historicamente o Paraguai tem sido construído para atender a necessidade de ajustes espaciais (HARVEY, 2003) do capital regional. Em cada momento existem fronteiras diferentes do controle, estas são criadas por meio de lutas sociais e políticas e surgem quando novos recursos são identificados e desfaz ordens anteriores, especialmente referente aos regimes de propriedade. A demanda mundial por terras, por *commodities*, fontes alternativas de energia, em suma, por ajustes espaciais (HARVEY, 2003) que garantam a acumulação mesmo em tempos de crises, resultou no aumento do controle do território e subsequente aniquilação de proprietários anteriores, excluindo direitos, territorialidades e modos de vida. Assim como o capital encontra novas formas de acesso, controle e desterritorialização, os movimentos socioterritoriais também recriam suas estratégias de luta e resistência, no caso do Paraguai especialmente contra o controle exercido pelo capital estrangeiro.

Movimentos socioterritoriais no Paraguai

Assim como os movimentos socioterritoriais latino-americanos (WELCH e FERNANDES, 2009), os movimentos paraguaios formaram-se para desafiar os esquemas nacionais de desenvolvimento que favorecem a concentração de terras e avanço do modo de produção capitalista no campo. Porém, diferente dos movimentos socioterritoriais latino-americanos, dissertar sobre movimento socioterritorial no Paraguai é um desafio. Tem-se negligenciado historicamente a presença destes atores na sociedade paraguaia, não só em escala nacional, no qual um dos reflexos é a escassez de material bibliográfico sobre os mesmos. A história social do Paraguai é de luta contra a estrangeirização de seu território. Frente ao avanço das relações capitalistas no campo, desde sua forma mais arcaica ainda no início do século passado, o movimento camponês paraguaio se constituiu como um ator histórico na luta pela resistência e defesa de seu território (FOGEL, 2001). O movimento camponês é o único questionador do modelo de desenvolvimento imposto pelas potências imperialistas e possui um caráter reivindicativo (PLIZ, RIQUELME e VILLALBA, 2002).

Neste sentido, compreendemos que a partir do momento que o campesinato se organiza em diferentes movimentos socioterritoriais, para defender e lutar pelo seu território, o mesmo está resistindo ao avanço da estrangeirização. Por isso, o ato de se organizar em

¹⁰ No ano de 2000 haviam no Uruguai 57.131 estabelecimentos agropecuários, totalizando 16.419.683 hectares, enquanto em 2011 o número de propriedades diminuiu para 44.890, somando 16.227.088 hectares (MINISTERIO DE GANADERÍA, AGRICULTURA Y PESCA, 2013).

movimentos é um ato de resistência, *resistências desde abaixo*¹¹ (BORRAS JR e FRANCO, 2013; HALL, EDELMAN, BORRAS JR, SCOONES, WHITE e WOLFORD, 2015). No Paraguai cada vez mais é frequente este tipo de ação de resistência, especialmente “cuando en las organizaciones comunitarias, desde abajo, se vayan consolidando estas nuevas prácticas de democracia participativa, asamblearia y soberanas” (VILLAGRA, 2015, p. 50). Diante do desenvolvimento contraditório do modo capitalista de produção e do seu avanço cada vez mais ofensivo, há a recriação de relações não-capitalistas de produção, tais como o campesinato e a propriedade capitalista da terra (OLIVEIRA, 2007).

Desde o final da guerra da Tríplice Aliança (1870) o campesinato paraguaio tem se organizado para defender e lutar pelos seus interesses, onde as formas de articulação e resistências são reflexo do momento em questão – seja através de experiências de organização econômicas, como cooperativas, seja de índole reivindicativo (GALEANO, 1996). Há dois elementos importantes para compreender a constituição e evolução dos movimentos socioterritoriais paraguaios. Primeiramente, após a institucionalização da propriedade privada no Paraguai, momento no qual criou-se uma classe de campesinato sem-terra, resultando na articulação dos primeiros movimentos de luta pelo território, a luta era contra questões pontuais que os afetavam, como a sua desterritorialização pelo capital estrangeiro que havia se apropriado do seu território (FOGEL, 2001; MORÍNGO, 2003).

Em segundo, historicamente, os movimentos socioterritoriais paraguaios se constituíram expressivamente *como movimientos socioterritoriais aislados*, ou seja, aqueles que atuam em determinado espaço geográfico equivalente. Segundo Fernandes (2005, p. 32), os movimentos são caracterizados como isolados não por estarem sem contato com outras instituições, mas sim por atuarem em um espaço geográfico restrito, não estão territorializados em todo o país, situação que reflete até a atualidade¹², embora haja movimentos territorializados no país, que se constroem através de uma “rede de relações com estratégias políticas que promovem e fomentam a sua territorialização” (FERNANDES, 2005, p. 32). Talvez esta forma de organização isolada seja reflexo do próprio insulamento das comunidades camponesas no Paraguai (MORA, 2006), recordando que a infraestrutura do país é precária (vias de acesso e comunicação), o que dificulta a articulação de movimentos.

Os primeiros movimentos socioterritoriais no Paraguai foram organizados com a finalidade de “detener el desalojo peticionando a las autoridades que sus derechos de ocupación fueran reconocidos y respetados” (RIQUELME, 2003, p. 46). Contudo, estes movimentos não atraíam grande contingente de camponeses, mas sim apenas aqueles

¹¹ Tradução livre para *resistance from below* (ver BORRAS JR e FRANCO, 2013; HALL, EDELMAN, BORRAS JR, SCOONES, WHITE e WOLFORD, 2015).

¹² Este cenário apenas foi alterado com a redemocratização do Paraguai a partir de 1989, porém o número de movimentos socioterritoriais isolados ainda é expressivo.

diretamente afetados pelas leis de venda de terras públicas (1883 e 1885), ou seja, aqueles que foram desterritorializados e estavam lutando por seu território, visto que a luta era bastante pontual (NUÑEZ, 2013). Posteriormente, entre os anos 1910 e 1930, os movimentos socioterritoriais novamente voltou à cena, onde os *grêmios obreiros*, através de uma corrente anarquista, organizaram os agricultores nos distritos nos arredores de Asunción, com o objetivo de estudar e defender os interesses dos camponeses e de combater os problemas sociais presentes nesta classe (RIQUELME, 2003; PALAU, 2014).

Após estas organizações, apenas na década de 1960 que os camponeses começaram a se articular novamente devido o processo de minifundização e consequente pauperização na região central do Paraguai, zona camponesa tradicional (RIQUELME, 2003). Em 1963 com a criação do Instituto de Bienestar Rural (IBR) há a institucionalização de uma política de reforma agrária *colonizadora*, através da criação de colônias camponesas estatais na região Leste do Paraguai com o objetivo por fim nos conflitos gerados pela minifundização no centro do país (MORÍNGO, 2005), a conhecida *Marcha hacia el Este*. Este evento coincidiu com a *Marcha hacia el Oeste*, oriunda do Brasil em direção à Região Fronteiriça Oriental, no Paraguai (RIQUELME, 2003), iniciando um novo momento na estrangeirização do território no país.

A expansão da fronteira agrícola brasileira deslocou uma frente migratória de brasileiros em direção a Região Fronteiriça Oriental, principalmente nos departamentos de Alto Paraná, Canindeyú, Amambay e Itapúa. A composição da tal movimento é heterogênea, havendo pequenos, médios e grandes proprietários que venderam suas terras, especialmente na região Sul do Brasil, e migraram para o Paraguai em busca de multiplicação de sua renda, trabalhadores rurais sem-terra que se deslocaram em a procura de emprego no país vizinho, dentre outros (PALAU e HEIKEL, 1987). É neste contexto que surgem os brasiguaios. Na concepção brasileira corresponde a “trabalhadores humildes que, sem terra para trabalhar no Brasil, foram expropriados/expatriados pelo processo de modernização da agricultura e vivem no Paraguai” (BATISTA, 1990, p. 01). Já para os paraguaios, frequentemente, os *brasiguayos* correspondem àqueles brasileiros que *deram certo*, ou seja, os latifundiários e empresas brasileiras que controlam o território paraguaio.

É com esta expansão da fronteira agrícola brasileira que a economia paraguaia é incorporada ao modelo imposto pelo capital transnacional (PALAU e HEIKEL, 1987), sobretudo pautada na produção de soja, que até então era incipiente no país (PEREIRA, 2019). A heterogeneidade deste processo resulta na multiplicidade de sujeitos e agentes envolvidos na estrangeirização da terra paraguaia. De fato, há aqueles pequenos proprietários brasileiros no meio da expansão da fronteira agrícola buscaram se manter na terra e uma possibilidade foi a migração para o Paraguai. Como também existem os grandes proprietários

que construíram verdadeiros monopólios da terra no país vizinho, constituindo empresas e avançando geograficamente em direção ao centro do Paraguai nos anos posteriores¹³.

É importante destacar que no caso da Liga Nacional de Carperos (LAC), o principal episódio de luta foi contra o conglomerado constituído por Tranquilo Favero, brasileiro que migrou para o Paraguai na década de 1960, justamente no contexto acima descrito e, no qual, detalharemos abaixo. As formas de acesso a terra por parte dos brasileiros neste momento foram distintas, ocorrendo através da compra direta, por meio da criação de colônias públicas e privadas e doação. A ditadura Stronista doou uma massiva quantidade de terras públicas para simpatizantes do governo, militares e, também, estrangeiros, desterritorializando camponeses paraguaios e proporcionando uma reconcentração fundiária¹⁴, as conhecidas *tierras malhabidas* (BARRETO, 2005).

Neste contexto, na década de 1960 surgiu o primeiro movimento concreto de luta pela terra no país, as Ligas Agrárias Cristianas (LACs), que se origina como Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) (TALESCA, 2004). Segundo Campos (1992, p. 18) “la reconstitución del actor colectivo campesino fue posible gracias al trabajo realizado por la acción pastoral de la Iglesia”. O movimento teve sua origem na Paróquia de Santa Rosa, departamento de Misiones, englobando camponeses de Cordillera, Paraguarí, Caaguazú, San Pedro e Misiones, que correspondiam e ainda correspondem aos departamentos com maior concentração da população camponesa.

Segundo o Informativo Campesino (jul. 1993), nos primeiros anos as LACs não possuíam objetivos claros e a médio prazo¹⁵ e até o princípio da década de 1970 se definiam como “campesinos cristianos organizados y comprometidos en una tarea común, los que les unió fu ella defensa de sus tierras, en forma espontánea” (INFORMATIVO CAMPESINO, ago. 1993, p. 10). As Ligas Agrarias “buscaron construir una organización social y productiva

¹³ Segundo Laino (1979) o problema, naquele momento, não se centrava nos pequenos proprietários que viram no Paraguai uma alternativa para a sua manutenção na terra, mas sim os latifundiários, os grandes proprietários que, em majoritariamente se beneficiaram das medidas da ditadura de Stroessner.

¹⁴ Visto que, em tese, ouve uma redistribuição de terras com a criação de colônias pelo IBR.

¹⁵ Há uma mudança nos objetivos das LACs entre 1960 e 1970. Segundo o Informativo Campesino (ago. 1993) os objetivos do movimento na década de 1960 eram: “1) liberación del pecado social, engano; 2) eliminar la explotación del hombre por el hombre [se discutían las necesidades de transformar las estructuras políticas para encontrar soluciones a problemas campesinos]; 3) dar respuestas a los intereses inmediatos de los pequeños productores agrícolas [constitución de almacenes de consumo, con actividades de comercialización; 4) Buscar la promoción de la justicia entre los hombres” (INFORMATIVO CAMPESINO, ago. 1993, p. 11). Na década de 1970 os objetivos eram: “1) formar hombres nuevos y poder construir una nueva sociedad; 2) para ello, necesitamos liberarnos de nuestro egoísmo y de toda clase de estructuras opresoras; 3) económicamente llegar a socializar la tierra y los medios de producción dentro de un sistema que no sea totalitario; 4) no aceptan el comunismo porque es sin Dios y absolutista; 5) querían un socialismo nuevo impulsado por la fé y su realidad; 6) que los bienes estén al servicio de los hombres; 7) que la educación salga del pueblo, al servicio del pueblo, que forme verdaderas personas, formar hombres capaces de pensar y decidir su destino por sí mismos, una educación realista bien campesina y cristiana en su propia lengua guaraní; 8) independencia de los partidos políticos; 9) destruir estructuras opresoras y crear nuevas de servicio integral a todos los hombres; 9) asumir nuestro compromiso temporal autónomamente en el proceso de liberación, conforme el plan de Dios y a nuestra realidad” (INFORMATIVO CAMPESINO, ago. 1993, p. 11).

sustentada en la solidaridad y la cooperación descartando la rentabilidad y el mercado como los ejes articuladores” (VILLAGRA, 2014, p. 64). As reivindicações das Ligas Agrarias eram comunitárias, luta pela terra e anti-repressivas (INFORMATIVO CAMPESINO, set. 1993), materializadas através de chácaras comunitárias, comercialização conjunta, armazéns de consumo, escolas campesinas e minga¹⁶ (INFORMATIVO CAMPESINO, set. 1993).

É importante ressaltar que o surgimento das LACs coincidiu com os primeiros efeitos da territorialização de latifundiários e camponeses brasileiros no Paraguai. Neste período, segundo Mora (2006), o campesinato já possuía uma identidade de movimento coletivo e de que eram explorados pela agricultura capitalista que estava avançando no país. Contudo o movimento foi perseguido e brutalmente desarticulado pelo regime militar no ano de 1976 (TALESCA, 2004), episódio conhecido como *Pascua Dolosa* (MORÍNGO, 2003), porque durante a ditadura as organizações sociais eram consideradas um perigo a política de segurança nacional (MORA, 2006). Segundo Villagra (2014) e Palau (2014), as Ligas Agrárias desapareceram, mas deixaram sementes que permitiram a formação de novas organizações camponesas a partir da década de 1980.

Antes mesmo do fim da ditadura já haviam pequenas organizações que lutavam pela reforma agrária, contra a repressão do regime ditatorial e melhores preços para as safras de algodão (MORAES e VIEIRA, 2015). Com a abertura democrática se inicia uma nova fase na luta pela terra no Paraguai¹⁷ (NUÑEZ, 2013). No dia da abertura democrática – 03 de fevereiro de 1989 – camponeses ocuparam dois latifúndios improdutivos, mostrando que agora a principal forma de luta pelo acesso à terra seria a ocupação (FOGEL, 2006). A abertura política permitiu o fortalecimento da organização do campesinato paraguaio através de movimentos socioterritoriais, que já vinham se articulando nos momentos finais da ditadura, possuindo o mesmo objetivo principal: reforma agrária integral, que abarca acesso à terra, assistência técnica, crédito e soberania alimentar (ROMERO, 2015).

Apesar das ações de pequenos movimentos camponeses, segundo Palau (2014, p. 17) “hasta mediados de la década del noventa, las acciones estuvieron lideradas por el movimiento sindical que al poco tiempo entró en una profunda crisis; el movimiento campesino ya estaba consolidado para ese entonces, y se convierte em el principal articulador del campo popular”. É neste momento que “o campesinato, excluído historicamente da esfera política, se converte em ator político com representação própria” (KRETSCHMER, 2011, p. 45) e “nunca antes se había dado en el Paraguay esta forma masiva, sistemática y organizada de resistencia campesina” (SCHVARTZMAN, 2017, p. 221).

¹⁶ É uma tradição indígena que corresponde ao trabalho coletivo de camponeses em turnos em suas respectivas chácaras e o mesmo grupo vai passando por diferentes propriedades (INFORMATIVO CAMPESINO, set. 1993).

¹⁷ Com o avanço do neoliberalismo, desde a década de 1980 os movimentos sociais latino-americanos procuram outras formas de lutar (ZIBECHI, 2003).

Pela primeira vez, os movimentos camponeses paraguaios estavam tendo possibilidades de pleitear a democratização da terra, gerando a incorporação de dezenas de famílias e lotes ao sistema produtivo rural, e de defender um novo modelo de exploração capitalista agrícola no país. Com ações de mobilização social, houve realizações de marchas e ocupações de grandefúndios, muitos pertencentes a brasileiros. Os imigrantes e o modelo de exploração da terra importado do Brasil eram vistos por esses movimentos como um dos responsáveis por acentuar as desigualdades existentes no país, o que resultou na deflagração de profundos conflitos (MORAES e VIEIRA, 2015, p. 372).

Com a abertura democrática novos movimentos camponeses foram criados e aqueles já constituídos aumentaram suas ações com antigas e novas demandas (GALEANO, 1996), visto que, nas palavras de Galeano (2011, p. 177) “en el clima de la transición democrática surgieron las condiciones propicias para la creación y el rápido fortalecimiento de organizaciones campesinas, que antes habían sido duramente reprimidas por la dictadura”, como o Movimiento Campesino Paraguayo (MCP) (1980) e Coordinación de Productores Agrícolas (CONAPA) (1986)¹⁸ e Organización de Lucha por la Tierra (OLT) (1993) e Mesa Coordinadora Nacional de Organizaciones Campesinas (MCNOC) (1994), embora esta última de constitua como uma articulação de movimentos. Em escala departamental e local, neste período se constituíram expressivos movimentos como a Organización Campesina del Norte (OCN); Coordinadora de Agricultores de San Pedro Norte e Asociación de Agricultores del Alto Paraná (ASAGRAPA).

Além destes movimentos conhecidos nacionalmente, o número de movimentos atuantes em escala local é expressivo, é muito comum as colônias se organizarem em forma de movimento para lutar pela terra e pela sua permanência na terra sem a articulação com movimentos com atuação nacional, ou seja, os se constituem como movimentos socioterritoriais isolados (FERNANDES, 2005), que são a maioria dos movimentos de luta pela terra no Paraguai e por este motivo, segundo Palau (2005), na década de 1990 haviam 40.000 camponeses organizados em aproximadamente 700 movimentos, sendo dez de atuação nacional, trinta em escala regional e 650 em âmbito local, evidenciando que ocorre na multiescalaridade. Fogel (2001b) destaca que os desencontros ideológicos entre os movimentos camponeses foram intensos durante o período, de modo que fragmentou a luta e culminou na criação de novos movimentos, em 1992 haviam 70.000 camponeses articulados em 753 bases.

A transição democrática incorporou o campesinato a organizações tipo gremiais, que buscavam a representação dos seus interesses frente a esfera do Estado (FOGEL, 2001b). Porém, a abertura democrática não significou a representação dos interesses do

¹⁸ Desapareceu em 1991, dando lugar a FNC.

campesinato, como estes pensaram que seria (FOGEL, 2006). Foi uma transição conservadora (BARRETO, 2005), o que resultou na intensificação das ações dos movimentos socioterritoriais, logo, no aumento dos conflitos. Em consonância, a Assembleia Nacional Constituinte (1992), por meio da Asociación Rural del Paraguay (ARP), instaurou a impossibilidade de expropriação de terra por vias formais (FOGEL, 2006; NUÑEZ, 2013), intensificando ainda mais as ocupações, respondidas com violência pelo agronegócio.

Foi justamente neste período que as organizações nacionais, departamentais e distritais se fortaleceram e incorporaram novos temas a agenda, tais como a necessidade de políticas públicas de desenvolvimento do mercado interno através da agroindustrialização, basicamente do algodão, cultivo de renda do campesinato e maior presença estatal na economia (FOGEL, 2006). As demandas se complexificaram com o passar do tempo, o que exigiu novas estratégias de luta, como articulação com outros setores, como organizações sindicais e partidos. As mobilizações camponesas se intensificavam à medida que suas expectativas iniciais não eram cumpridas e que a pobreza aumentava (FOGEL, 2001). Identificamos 22 movimentos¹⁹ que lutam pelo território no Paraguai (Quadro 01).

Quadro 01: Movimentos socioterritoriais atuantes no Paraguai – 2019.			
N.	Movimento	Sigla	Ano de formação
1	Coordinadora de Agricultores de San Pedro Norte e Asociación de Agricultores del Alto Paraná	ASAGRAPA	1980
2	Movimiento Campesino Paraguayo	MCP	1980
3	Organización Nacional Campesina	ONAC	1985
4	Organización Campesina del Norte	OCN	1986
5	Coordinación Regional de Agricultores de Itapúa	CRAI	1990*
6	Coordinadora Campesina Cordillerana	CCC	1990*
7	Organización Campesina Regional de Concepción	OCRC	1990*
8	Federación Nacional Campesina**	FNC	1991
9	Organización de Lucha por la Tierra	OLT	1993
10	Mesa Coordinadora Nacional de Organizaciones Campesinas	MCNOC	1994
11	Coordinadora de Mujeres Trabajadoras Rulares e Indígenas	CONAMURI	1998
12	Movimiento Agrario del Paraguay	MOAPA	2002
13	Asociación Movimiento Agrario y Popular	MAP	2003
14	Central Nacional de Organizaciones Campesinas, Indígenas y Populares	CNOCIP	2005
15	Liga Nacional de Carperos	LNC	2010
16	Mesa de Articulación Indígena	MAIPY	2012

¹⁹ Ressaltamos que este número é maior, pois existem diferentes movimentos isolados no país. Estes movimentos corresponde àqueles que tivemos acesso no decorrer da pesquisa de campo.

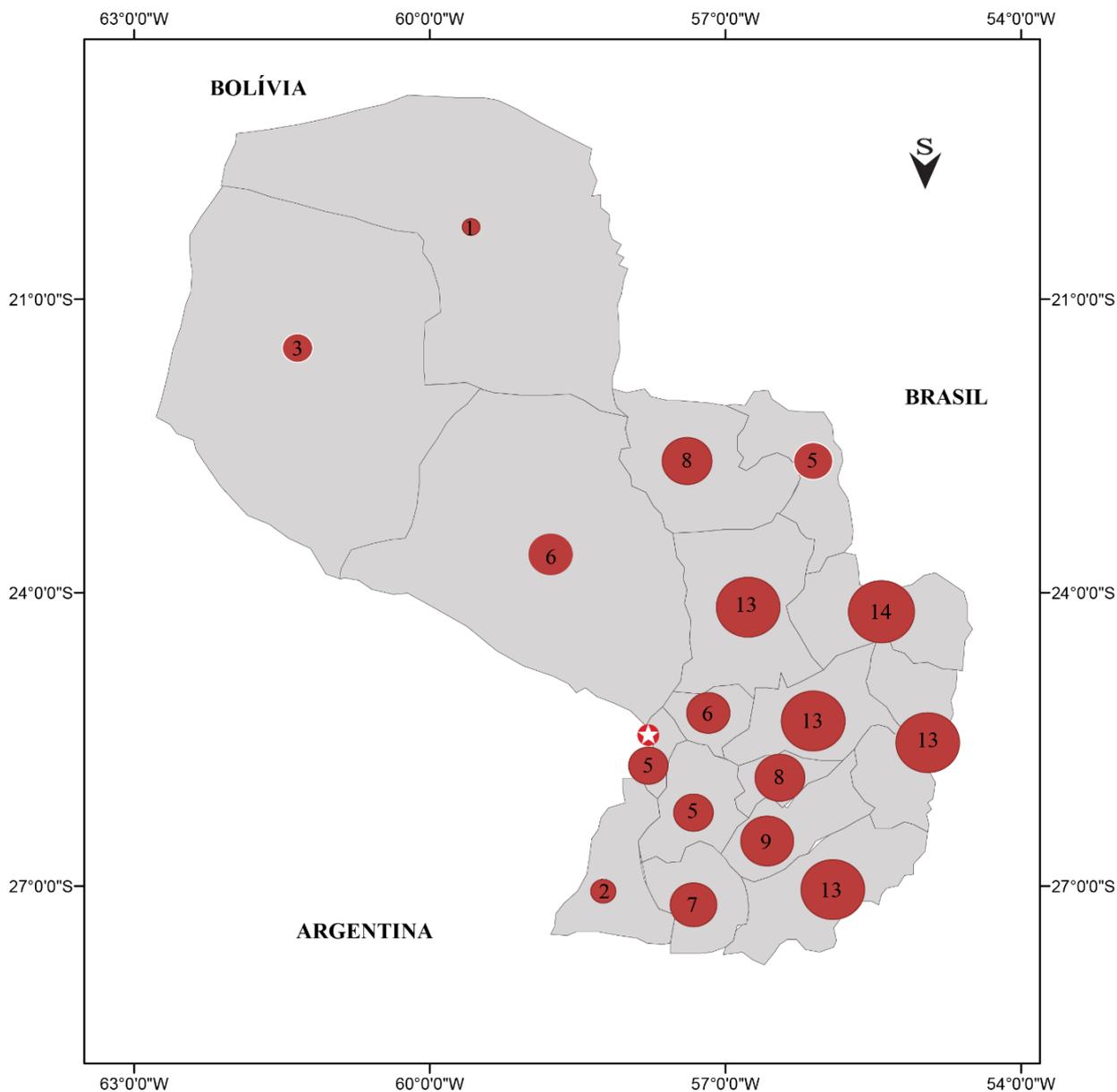
17	Movimiento de Recuperación Campesina de Curuguaty	MRCC	2012
18	Coordinadora Departamental de Organizaciones Campesinas de Concepción	CDOCC	2013
19	Coordinadora de Trabajadores Campesinos y Urbanos	CTCU	2014
20	Cultiva Paraguay	CP	2014
21	Mujeres Indígenas del Paraguay	MIPy	2014
22	Coordinadora Nacional Intersectorial	CNI	2016
*Movimentos criados na década de 1990, porém sem ano definido.			
**Criado em 1986 como Coordinación de Productores Agrícolas (CONAPA).			
Fonte: Levantamento da autora; Org.: Autora (2019).			

No que tange a distribuição espacial, os departamentos que apresentam maior números de movimentos são aqueles nos quais a presença de empresas e latifundiários brasileiros dedicados ao cultivo de soja é mais expressiva. Isso não é uma coincidência, mas uma resistência resultante do avanço violento do agronegócio na região. Todos os departamentos limítrofes com o Brasil apresentam os mais expressivos números de movimentos, exceto por Amambay, que possui cinco movimentos territorializados, contra 14 de Canindeyú e 13 em Alto Paraná e Itapúa. Caaguazú e San Pedro, embora não estejam localizados na região fronteira, também contam com 13 movimentos socioterritoriais, isso porque é a área de expansão da produção da soja. Conforme a soja se expande, intensificam-se os conflitos e o campesinato se organiza para resistirem no seu território.

Ao contrário, há um baixo número de movimentos atuantes nos três departamentos da região Ocidental – Alto Paraguay, Boquerón e Presidente Hayes – com um, dois e seis movimentos respectivamente. Como a região Ocidental é uma área de expansão da fronteira agrícola, presume-se que haja uma resistência maior, pois de acordo com o avanço do capital, intensifica-se as resistências. Contudo, três pontos devem ser considerados a respeito da região. Primeiramente a baixa densidade demográfica, concentrando apenas 3% da população paraguaia, o que não significa que a terra é *marginal*, mas que a população é dispersa, o que pode dificultar a articulação em movimentos socioterritoriais. Em segundo, relacionado com o primeiro, há uma escassez imensa de infraestruturas – comunicação e logística – há pontos da região Ocidental que o acesso é possível apenas por via aérea, isto significa que as vezes podem haver conflitos com ocupações ilegais, bem como resistências, e a sociedade nem sequer tem o conhecimento. Por fim, não há colônias de reforma agrária do INDERT na região, assim, os principais afetados são comunidades indígenas²⁰ que optaram pelo isolamento voluntário. O Mapa 01 expressa o número de movimentos atuantes por departamento.

²⁰ Entendemos a particularidade da confluência entre movimentos camponeses e indígenas em toda a América Latina, especialmente no Paraguai. Contudo, não é objetivo deste artigo tal discussão.

Mapa 01: Paraguai – Movimentos socioterritoriais camponeses e indígenas atuantes no Paraguai – 2019.



LEGENDA
 Número de movimentos por departamento

	14		Asunción
	8		
	6		
	3		

unesp FAPESP NEILA

Escala

0 50 100 200

Org.: Autora (2019).

É neste cenário que se insere a luta da Liga Nacional de Carperos (LNC), que apesar de ser um movimento socioterritorial recente, tem um importante papel na luta pela terra, pautada, sobretudo na soberania paraguaia.

A Liga Nacional de Carperos e a luta pela soberania

A Liga Nacional de Carperos (LNC) corresponde a camponeses sem-terra que reivindicam a reforma agrária através de novas estratégias de luta (FOGEL, 2012), recriando as resistências. O movimento foi fundado em 2010 em um momento de impasse, no qual os dirigentes de organizações tradicionais não queriam pressionar o governo progressista²¹ de Fernando Lugo (Partido Frente Guasú) (2008-2012)²², com o lema *Por tierra, pan y trabajo. Luchar, vencer o morir*. Assim, a Liga Nacional de Carperos foi estabelecida a partir de líderes camponeses que estavam a frente de comissões vicinais “descontentes com a forma como a linha tradicional vinha se relacionando com o Estado” (PEREIRA, 2016, p. 74-75) e que tinham como objetivo recuperar terras para assim recuperar a soberania não apenas do campesinato, mas do país, visto que as terras em questão estavam em posse de estrangeiros, por isso muitos pesquisadores classificam a LNC como um movimento *soberanista* (FOGEL, 2013; PEREIRA, 2016).

En la visión de líderes de la Liga Nacional de Carperos en el trasfondo de la constitución del movimiento está la desilusión de los dirigentes, básicamente sin tierras, que habían tenido expectativas con el gobierno de Lugo, expectativas que no estaban siendo satisfechas, sin que se vieran respaldados en sus demandas por las organizaciones a las que pertenecían, en alguna medida cooptadas por el gobierno (FOGEL, 2012, p. 16).

Diferentemente de outros movimentos tradicionais paraguaios, a LNC tem como principal bandeira de luta é a recuperação da soberania²³ e deixa isso bastante evidente em suas ações, embora possua outras reivindicações. Além disso, a LNC é enfática em afirmar que os seus inimigos são os grandes produtores de soja, especialmente Tranquilo Favero (FOGEL, 2013), proprietário de nove empresas no Paraguai. Por ser um movimento *soberanista* (FOGEL, 2013; PEREIRA, 2016) com ações concentradas em terras pertencentes a brasileiros, frequentemente suas ações estão associadas – erroneamente – a

²¹ De acordo com Santos (2018, p. 13) “a onda progressista surgiu como reação aos efeitos socialmente deletérios da conjunção entre globalização e neoliberalismo na América do Sul”.

²² Lugo quebrou a hegemonia do Partido Colorado, que governava o país desde a ditadura (1954). Dentre as promessas eleitorais de Fernando Lugo estava a reforma agrária através da recuperação das *tierras malhabidas* (FOGEL, 2018). Segundo Ezquerro-Cañete e Fogel (2018, p. 90) “a pesar de un compromiso explícito con la reforma agraria y la agricultura campesina, el gobierno de Lugo resultó demasiado débil para aplicar una reforma agraria sustancial y evitar el empantanamiento de promesas clave de la campaña electoral”.

²³ Isso não significa que outros movimentos não lutem pela soberania, porém nenhum tem esta como bandeira de luta.

práticas xenofóbicas (SILVA, 2013). No que tange a sua organização, a LNC era composta em 2012 por 193 comissões vicinais – em todos os departamentos da região Oriental²⁴ – com uma quantidade de 50.000 integrantes (FOGEL, 2012) e segundo Palau, Irala e Coronel (2017), atualmente possui 34.000 membros distribuídas pelos departamentos de Alto Paraná, Amambay, Caaguazú, Canindeyú, Concepción, Itapúa e San Pedro. A LNC não age sozinha, pois possui alianças com organizações regionais, como a ASAGRAPA.

A Liga Nacional de Carperos protagonizou o que talvez seja o conflito mais emblemático e que melhor evidencia como uma empresa estrangeira pode gerar toda uma estrutura para exercer o controle do território. A empresa em questão é a Agrotoro S.A., empresa pertencente ao Grupo Favero, de Tranquilo Favero, que recebe o título de *rei da soja e inimigo número um* do movimento sem-terra paraguaio pela mídia brasileira (VEJA, 13 fev. 2012). O caso mais representativo é o de Ñacunday (departamento de Alto Paraná), que segundo Vyuk (2015) expressa um dos episódios de resistência mais intensos da história contemporânea do Paraguai e inicia o golpe de Estado que destituiu Lugo em 2012. O conflito entorno da *finca* 4.036 envolve diferentes agentes, desde o Estado até grêmios de produção, que nos mostra a rede criada pelo agronegócio para exercer o controle do território.

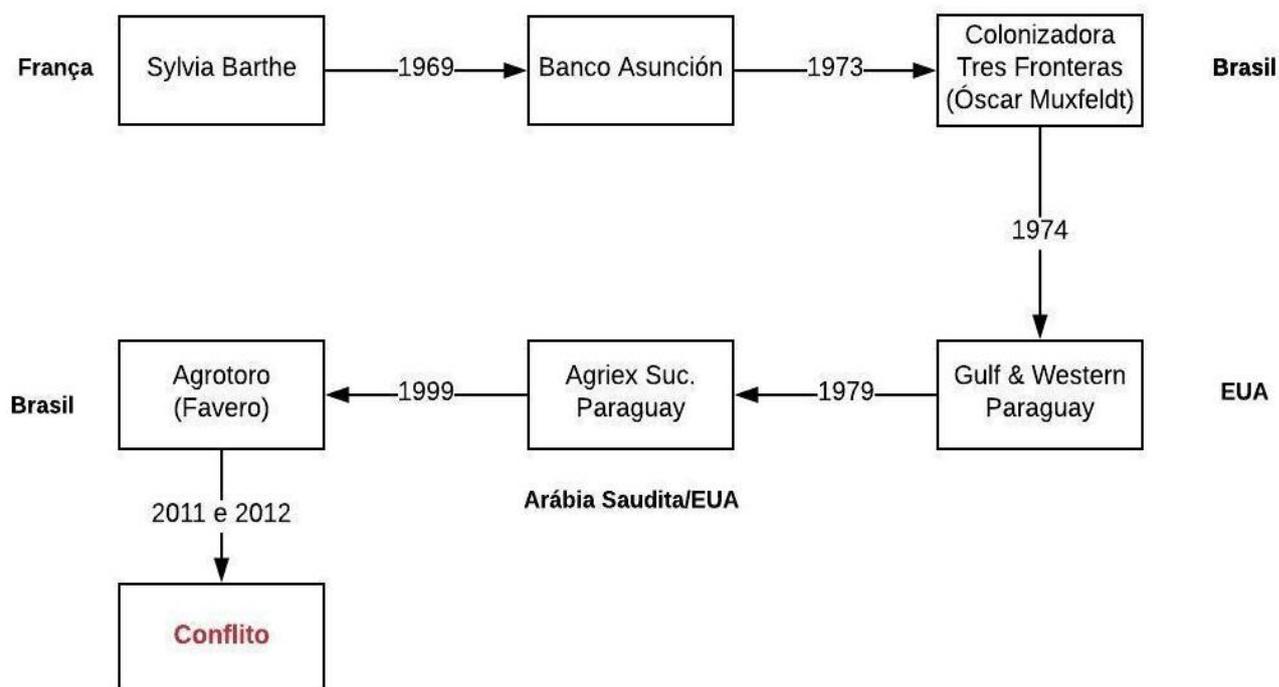
El caso Ñacunday deja ver las contradicciones de la dominación extranjera en Paraguay, sustentado sobre la base del latifundio, donde el imperialismo norteamericano y su aliado el subimperialismo brasileño impulsaron junto a la burguesía paraguaya el golpe de Estado del 2012, buscando frenar el auge de la lucha del movimiento popular por la tierra y la soberanía (VUYK, 2015, p. 59-60 – Grifo nosso).

A trajetória da estrangeirização e da ilegalidade na apropriação remonta a década de 1960, quando Sylvia Barthe recebe 55.000 hectares de herança²⁵, em 1969 a propriedade é vendida ao Banco de Asunción, em 1973 novamente é transacionada para a Colonizadora Tres Fronteras, pertencente ao brasileiro Óscar Muxfeldt. Em 1974 a estadunidense Gulf & Western of Paraguay adquire a propriedade, que mais uma vez é passada e empresa Agriex Sucursal Paraguay, de capital da Arábia Saudita e EUA, quando, enfim em 1999 o Grupo Favero adquire 32.000 hectares através da Agrotoro S.A. (FOGEL, 2013), conforme o Organograma 01.

²⁴ Alto Paraná, Canindeyú, Amambay, Itapúa, Concepción, Caaguazú, Caazapá, San Pedro, Central, Cordillera, Paraguairí, Misiones e Ñeembucú.

²⁵ Segundo registros, a terra havia sido adquirida por Domingos Barthe em 1888 no marco da Ley de Ventas de Tierras Públicas de 1885.

Organograma 01: Cadeia dominial da finca n. 4.036 (Ñacunday, Alto Paraná).



Org.: Autora (2019).

Como era uma área de colonização, desde 1999 o IBR e posterior INDERT deveriam controlar os contratos e títulos da área, o que não foi realizado (FOGEL, 2013; VUYK, 2015). Já no século XXI, ao analisar o título de propriedade da Agrotoro S.A., constatou-se que a *finca* 81 de San Joaquín e a *finca* 39 de Irala também estavam sob posse da empresa. Havia denúncias por parte do campesinato acerca deste excedente é 1998 e apenas em 2010 Fernando Lugo decide pela execução de uma mensura judicial na área (FOGEL, 2013). Contudo com a solicitação de mensura de Lugo a terra foi declarada como propriedade do Estado, ou seja, terra grilada (FOGEL, 2013).

No ano de 2011 foram realizadas massivas manifestações e ocupações de terra com criação de acampamentos por parte dos camponeses, onde uma das principais ocupações ocorreu em terras de Tranquilo Favero em Ñacunday, na qual 10.000 camponeses da LNC, ocuparam suas terras em 21 de abril de 2011 (FOGEL, 2013). O movimento reivindicava 28.000 hectares do total de 54.000 da propriedade 4036 pertencente a empresa Agro Toro S.A. O auge do conflito foi em junho de 2011, quando proprietários brasileiros, grêmios de produtores de soja e autoridades municipais exigiram do governo paraguaio a desterritorialização do campesinos das terras de Favero, com uma intensa campanha midiática de criminalização da Liga Nacional de Carperos (FOGEL, 2013).

En los meses anteriores al “golpe parlamentario”, las tensiones se intensificaron en el campo cuando los Carperos comenzaron una gran

campanha de invasões de terras em la frontera oriental de Itapúa y Alto Paraná, ocupando zonas conocidas como tierras mal habidas. La LNC, abogando por medidas más radicales para asentar a los campesinos en las tierras improductivas y mal adquiridas, que las perseguidas por las organizaciones campesinas existentes, sostuvo que muchos *Brasiguayos* estaban en violación de la legislación que prohíbe a los a extranjeros poseer tierras a lo largo de las fronteras de Paraguay. *En medio de esta intensa lucha, dos episodios en particular, los casos de Ñacunday y Marina Kue*²⁶, *sentaron las bases para el desmantelamiento del gobierno de Lugo* (EZQUERRO-CAÑETE e FOGEL, 2018, p. 103-104 – Grifo nosso).

Ainda em junho Lugo se reuniu com os latifundiários brasileiros com o intuito de solucionar o conflito, mas sem resultados (O ESTADO DE S. PAULO, 13 jun. 2011). Em 12 de julho de 2011, o INDERT emitiu um comunicado público onde sustentava que na terra ocupada pelos camponeses havia 12.000 hectares sem título de propriedade. Segundo Vyuk (2015), após a declaração do INDERT, os latifundiários brasileiros no Paraguai alteraram a estratégia e passou a solicitar apoio do governo brasileiro, sobretudo de parlamentares do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Naquele momento o país era governado por Fernando Lugo, que apoiou o movimento em ascensão pela recuperação das *tierras malhabidas*. Em outubro de 2011, a *Coordinadora por la Recuperación de Tierras Malhabidas*, com 10.000 pessoas possibilitou a aprovação do Decreto n. 7.525/11, que regulamenta a *Ley de Seguridad Fronteriza*. Com a lei de seguridade fronteiriça regulamentada, iniciaram as mensuras judiciais em Ñacunday.

A elite latifundiária brasileira com sua extrema influência no Paraguai enxergava Lugo como uma ameaça a manutenção de seus latifúndios e de sua hegemonia, inclusive classificavam a LNC como um movimento xenofóbico. No final de fevereiro de 2012, os 10.000 camponeses foram desterritorializados da propriedade de Favero e reterritorializados no Parque Nacional de Ñacunday. Segundo Fogel (2012, p. 17):

Al mes de mayo del 2012 en el campamento de Ñacunday estaban aproximadamente cuatro mil familias acampadas permanentemente, aunque existían aproximadamente 2.000 familias que rotaban, ya que salían a changar, pero mantenían sus relaciones con el campamento, totalizando para ese mes unas 6.000 familias. En la escuela de Ñacunday están 1.600 alumnos desde el preescolar. Entre los que abandonan temporalmente el campamento están aquellos que dependiendo de changas, no tienen mucho apoyo externo para sobrevivir en las carpas, por lo cual optan por salir temporalmente, pero mantienen vínculos con los encarpados, con quienes regresan una vez que obtengan ciertos recursos.

Territorializados no Parque Nacional de Ñacunday, os Carperos novamente foram criminalizados por ONGs ambientalistas perante a denúncia a Secretaría del Medio Ambiente

²⁶ Outro caso emblemático no Paraguai e que resultou no golpe contra Fernando Lugo em junho de 2012. Onze camponeses e seis policiais foram assassinados no que, segundo informações obtidas em trabalho de campo (realizado em Curuguaty em setembro de 2019), seria uma emboscada. Fernando Lugo foi deposto por incapacidade de governar.

(SEAM) por desmatamento e tráfico de madeiras por parte dos Carperos reterritorializados (BARRETO, 2013; ABC COLOR, 28 fev. 2012). O Grupo Favero já foi denunciado por desmatar áreas do Parque Nacional de Ñacunday para cultivo de soja, porém nenhuma ONG o denunciou. Isto mostra que as organizações ambientalistas compõem a rede de agentes do agronegócio (VILLAGRA, 2009).

Com o episódio de Ñacunday se iniciava o golpe que destituiu Lugo, um golpe anunciado EZQUERRO-CAÑETE e FOGEL, 2018). Em 20 de julho de 2012, menos de um mês depois da destituição de Lugo, o presidente Federico Franco (Partido Liberal Radical Autêntico), cancelou as mensuras judiciais que questionavam a legitimidade dos títulos de propriedade de Favero. Este caso evidencia como latifundiários brasileiros e como a estrangeirização impacta a democracia do país, criminalizando movimentos de luta pela terra e priorizando um modelo de desenvolvimento catastrófico para a população paraguaia no geral, que sofre com altas taxas de pobreza, com insegurança alimentar, com a concentração fundiária extrema e com problemas ambientais recorrentes do modelo insustentável promovido pelo agronegócio. O exemplo de Ñacunday também é figurativo porque mostra um conflito em torno da estrangeirização deste 1888, uma propriedade que ao longo dos últimos 130 tornou-se palco de disputas territoriais pelo capital estrangeiro. Assim, defendemos que a frase inicial do livro de Carlos Pastore, redigido na década de 1940 (e republicado em 1972) “la actual situación paraguaya tiene profundas raíces históricas en acontecimientos cuyos efectos negativos no fueron superados hasta el día de hoy”, quase oitenta anos depois ainda faz parte da realidade paraguaia.

Em maio de 2014, aproximadamente 570 famílias da LNC foram transferidas de Ñacunday para o assentamento Santa Lucía²⁷, no distrito de Itakyry, departamento de Alto Paraná (PEREIRA, 2016). O assentamento, apesar de antigo, com a territorialização da LNC passou a ser considerado pelo INDERT como assentamento modelo. Contudo, diferentes conflitos ainda ocorrem no assentamento, como enfrentamento entre LNC e produtores de soja brasileiros (PEREIRA, 2016) e também ocupações e manifestação reivindicando aquilo que foi prometido no processo de transferência de Ñacunday para o assentamento Santa Lucía (DEMOINFO, 06 mar. 2018). Atualmente, a demanda da LNC continua a ser a expropriação de *tierras malhabidas*, especialmente aquelas controladas por estrangeiros, onde as palavras de ordem são: “mais do que terra, queremos soberania” (PEREIRA, 2016).

Considerações finais

²⁷ Foi criado enquanto colônia ainda na década de 1970 e oficializada pelo IBR em 1994 (PEREIRA, 2016; VILLAGRA e ARECO, 2017).

O Paraguai historicamente tem se constituído como território necessário dos ajustes temporal-espaciais do capital regional, de modo que não podemos compreender o a atualidade da questão agrária paraguaia sem conhecer o contexto sul-americano²⁸. Por isso defendemos que o processo histórico de formação socioespacial dita muitas das características do atual controle e estrangeirização do território. De acordo com o avanço das relações capitalistas, as estratégias de incorporação e acesso a novos territórios²⁹ tornam-se cada vez mais complexas. No caso paraguaio, apesar das novas formas de controle do território pelo capital regional, a violência tem sido característica constante, tanto emprega por agentes (empresas e latifundiários), quanto e sobretudo pelo Estado.

Ao mesmo tempo que a violência é marca deste processo de controle, a resistência camponesa tem se recriado. Os primeiros movimentos socioterritoriais paraguaios foram constituídos após o término da Guerra da Tríplice Aliança (1870), visto que alterou o regime de propriedade da terra de estatal para privada. Desde então os movimentos socioterritoriais tem evoluído nas suas pautas reivindicativas e nas suas estratégias de luta. De certa forma, todos movimentos socioterritoriais paraguaios possuem em suas pautas de luta a estrangeirização do território. Estima-se que 35% do território paraguaio esteja sob controle direto e indireto do capital estrangeiro (PEREIRA, 2018b), avançando especialmente em direção à assentamentos camponeses.

A formação da Liga Nacional de Carperos evidencia justamente a necessidade da luta direta contra o capital estrangeiro no Paraguai pelos movimentos socioterritoriais. O conflito não é contra os pequenos proprietários e trabalhadores rurais que migram para o Paraguai em busca da sua manutenção na terra, mas sim uma luta travada contra o controle do território paraguaio pelo capital hegemônico brasileiro, protagonizado por latifundiários e empresas, muitas vezes ligadas a agentes políticos e latifundiários paraguaios.

A LNC protagonizou um momento importante da luta pelo território paraguaio e que teve repercussões na deposição do então presidente Fernando Lugo. O lema da LNC traz para a discussão um elemento que frequentemente é negligenciado das pesquisas sobre a estrangeirização da terra que é a questão da soberania e de até que ponto a estrangeirização leva a desnacionalização. Este elemento é uma lacuna, na qual necessitamos enfrentar em investigações futuras. Por fim, o lema da Liga Nacional de Carperos evidencia a essência da estrangeirização, não é apenas uma questão de terra, é uma questão de soberania.

²⁸ Apesar da luta contra a estrangeirização do território materializada especialmente pelo capital brasileiro, as pautas e estratégias de luta dos movimentos socioterritoriais brasileiros e paraguaios são semelhantes (ORIGUÉLA e PEREIRA, 2017).

²⁹ Tais territórios não são vazios, são territórios camponeses e indígenas, porém não estão incorporados a lógica imposta pelo capital. O capital necessita da expansão geográfica para garantir sua acumulação interminável, sobretudo em momentos de crise. Por isso, novas estratégias são utilizadas para avalizar tal expansão.

Referências

ABC COLOR. Fiscalía interviene Parque Ñacunday y anuncia posible desalojo de "Carperos". **Diario ABC Color**, caderno artigos, publicado em 28 fev. 2012. Disponível em: <http://www.abc.com.py/articulos/fiscalia-interviene-parque-nacunday-y-anuncia-posible-desalojo-de-carperos-371646.html>. Acesso em: 15 out. 2016.

ARRIGHI, Giovanni. **The Long Twentieth Century**. Londres: Verso, 1996.

BARRETO, Mirta. **Reforma agraria confiscada**. Asunción: CSER, 2005.

_____. **La lucha por la tierra frente las corporaciones y el Mercado**. Asunción: Centro de Servicios y Estudios Rurales (CSER), 2013.

BATISTA, Luiz Carlos. **Brasiguaios na fronteira: caminhos e lutas pela liberdade**. São Paulo, 1990. 171 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 1990.

BORRAS JR., Saturnino; FRANCO, Jennifer. Global land grabbing and political reactions "From Below". **Third World Quarterly Journal**, v. 34, n. 9, p. 1.723-1.747, 2013.

CABALLERO, Gabriela Dalla-Corte. El árbol de quebracho y la Guerra del Chaco. **Revista Paraguaya de Sociología**, ano 51, n. 146, p. 191-204, 2014.

CÁCERES, Daniel M. Accumulation by dispossession and Socio-Environmental conflicts caused by the expansion of agribusiness in Argentina. **Journal of Agrarian Change**, v. 15, n. 1, p. 116-147, 2015.

CAPECO. **Cámara Paraguaya de Exportadores y Comercializadores de Cereales y Oleaginosas**. Disponível em: <http://capeco.org.py/>. Acesso em: 17 dez. 2019.

CENTRO DE DOCUMENTACIÓN Y ESTUDIOS. **Informativo Campesino**. Asunción: CDE, jul. 1993.

_____. **Informativo Campesino**. Asunción: CDE, ago. 1993.

_____. **Informativo Campesino**. Asunción: CDE, set. 1993.

DEMOINFO. Campesinos reubicados en Santa Lucia denuncian incumplimiento de acuerdos arribado con el INDERT. **Proyecto Democratización de la Información**, publicado em 06 mar. 2018.

DGEEC. **Encuesta Permanente de Hogares**. Asunción: Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos, 2017.

EZQUERRO-CAÑETE, Arturo. Poisoned, Dispossessed and Excluded: a critique of the neoliberal soy regime in Paraguay. **Journal of Agrarian Change**, v. 16, n. 4, p. 702-709, 2016.

EZQUERRO-CAÑETE, Arturo; FOGEL, Ramón. Un golpe anunciado. Fernando Lugo y la promesa perdida de la reforma agraria en Paraguay. VERGARA-CAMUS, Leandro; KAY, Cristóbal (Org.). **La cuestión agraria y los gobiernos de izquierda en América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2018, p. 89-118.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, ano 8, n. 6, p. 14-34, 2005.

FOGEL, Ramón Bruno. **Las luchas campesinas: tierra y condiciones de producción**. Asunción: CERI, 2001.

_____. Movimientos campesinos y su orientación democrática en Paraguay. GRAMMONT, Hubert C. de (Org.). **La construcción de la democracia en el campo latinoamericano**. Buenos Aires: CLACSO, p. 95-106, 2006.

_____. El Movimiento de los Carperos. **Revista de Estudios Políticos Contemporáneos (NOVAPOLIS)**, n. 5, p. 11-30, 2012.

_____. **Las tierras de Ñacunday, Marina Kue y otras calamidades**. Asunción: CERI, 2013.

_____. Reforma agraria en el Paraguay. Retrocesos y luchas. FERNANDES, Bernardo Mançano; RINCÓN, Luis Felipe; KRETSCHMER, Regina. (Org.). **La actualidad de la reforma agraria en América Latina y el Caribe**. Buenos Aires: CLACSO, 2018, p. 129-138.

FUNDACIÓN AMIGOS DE LA TIERRA. **Acaparamiento de tierras y bienes comunales**. Perspectivas y dimensiones del fenómeno en Argentina. Buenos Aires: Fundación Amigos de la Tierra, 2015.

GUDYNAS, Eduardo. Agropecuaria y nuevo extractivismo bajo los gobiernos progresistas de América del Sur. **Territorios**, v. 5, p. 37-54, 2010.

HALL, Ruth; EDELMAN, Marc; BORRAS JR., Saturnino; SCOONES, Ian; WHITE, Ben; WOLFORD, Wend. Resistance, acquiescence or incorporation? Na introduction to land grabbing and political reactions 'from below'. **The Journal of Peasant Studies**, v. 42, n. 3-4, p.467-488, 2015.

HALVORSEN, Sam; FERNANDES, Bernardo Mançano; TORRES, Fernanda Valeria. Mobilizing territory: socioterritorial movements in comparative perspective. **Annals of the American Association of Geographers**, v. 1, p. 01-17, 2019.

HARVEY, David. **The New Imperialism**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

_____. **A loucura da razão econômica – Marx e o capital no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2018.

INSTITUTO RURAL DE DESARROLLO RURAL Y DE LA TIERRA (INDERT). **Comunicado a la opinión pública: el Indert y el caso Ñacunday**. Asunción: INDERT, 2011.

KLEINPENNING, Jan. **Paraguay Rural (1870-1963): una Geografía del progreso, el pillaje y la pobreza**. Asunción: Editorial Tiempo de Historia, 2014.

KRETSCHMER, Regina. Conflictos territoriales en las regiones de frontera en Paraguai oriental. **Geografia em Questão**, v. 4, n. 2, p. 41-55, 2011.

LAINO, Domingo. **Paraguai**. Fronteiras e penetração brasileira. São Paulo: Global Editora, 1979.

LANDMATRIX. **Online Public Database on Land Deals**. Disponível em: <https://landmatrix.org/region/latin-america/>. Acesso em: 18 dez. 2019.

MINISTERIO DE GANADERÍA, AGRICULTURA Y PESCA. **Tierras de uso agropecuario – compraventas año 2010/2012**. Montevideo: MGAP, 2013.

MORA, Carlos. Participación y organizaciones campesinas en Paraguay. GRAMMONT, Hubert C. (Orgs.). **Construcción de la democracia en el campo latinoamericano**. Buenos Aires: CLACSO, p. 343-365, 2006.

MORAES, Isaias Albertin de; VIEIRA, Fernando Antonio da Costa. Capitalismo agrário e movimentos campesinos no Paraguai. **Revista Estudos Históricos**, v. 28, n. 56, p. 363-384, jul./dez. 2015.

MORÍNGO, José Nicolás. De la protesta social al movimiento campesino. **Revista de Estudios Políticos Contemporáneos (NOVAPOLIS)**, n. 2, p. 24-31, 2003.

NUÑEZ, Cyntia Itatí. Movimientos Sociales y poder político en Paraguay. **Revista Electrónica de Estudios Latinoamericanos**, v. 11, n. 44, p. 01-18, 2013.

O ESTADO DE S. PAULO. Fernando Lugo acalma 'brasiguaios' revoltados com terras invadidas. **Jornal O Estado de S. Paulo**, caderno Internacional, publicado em 13 jun. 2011. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/america-latina,fernando-lugo-acalma-brasiguaios-revoltados-com-terras-invadidas,744281>>. Acesso em: 15 out. 2016.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: LABUR, 2007.

OLIVEIRA, Gustavo de Lima Torres. The geopolitics of Brazilian soybeans. **The Journal of Peasant Studies**, v. 43, n. 2, p. 348-372, 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. **El Estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo**. Roma: FAO, 2018.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini; PEREIRA, Lorena Izá. Questão agrária, luta pela terra e movimentos socioterritoriais no Brasil e Paraguai. **Revista NERA**, n. 39, ano 20, p. 161-185, 2017.

PALAU, Marielle; IRALA, Abel; CORONEL, Cristina. **Organizaciones paraguayas con demandas al Estado (2013-2017)**. Asunción: BASE Investigaciones Sociales, 2018.

PALAU, Marielle. **Movimiento Popular y Democracia**. Asunción: BASE Investigaciones Sociales, 2014.

PALAU, Tomás; HEIKEL, María Victoria. **Los campesinos, el Estado y las empresas en la frontera**. Asunción: BASE Investigaciones Sociales, 1987.

PALAU, Tomás. El movimiento campesino en el Paraguay: conflictos, planteamientos y desafíos. **Observatorio Social de América Latina (OSAL)**, ano 6, n. 16, p. 35-46, jun. 2005.

PASTORE, Carlos. **La lucha por la tierra en Paraguay**. Asunción: Intercontinental Editora, 2015 [1972].

PEREIRA, Lorena Izá. Ciclos de extranjerización y concentración de la tierra en Paraguay. **Revista NERA**, v. 21, n. 44, p. 64-89, 2018a.

_____. Las estrategias del capital regional en la extranjerización del territorio paraguayo. PALAU, Marielle (Org.). **Con la soja al cuello** – Informe sobre agronegocios en Paraguay. Asunción: BASE Investigaciones Sociales, 2018b.

_____. **'A Tríplice Aliança continua sendo um grande êxito'**: os regimes de controle do território paraguaio (1870-2019). Presidente Prudente, 2019, 523 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2019.

PEREIRA, Milene Brandão. **"Mais do que terra, queremos soberania"**: Liga Nacional dos Carperos e as soberanias no assentamento Santa Lucía no Paraguai. Toledo, 2016, 185 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Toledo, 2016.

PITTA, Fábio Teixeira; CERDAS, Gerardo; MENDONÇA, Maria Luisa Rocha Ferreira de. **Imobiliárias agrícolas transnacionais e a especulação com terra na região do MATOPIBA**. São Paulo: Outras Expressões, 2018.

PLIZ, Dania; RIQUELME, Quintín; VILLALBA, Verónica. Los movimientos sociales en el contexto actual del Paraguay. **Observatorio Social de América Latina (OSAL)**, ano 3, n. 8, p. 26-33, 2002.

REVISTA VEJA. Governo Dilma ignora perseguição a brasileiros no Paraguai. **Revista Veja**, caderno Política, publicado em 12 fev. 2012, Disponível em: <http://veja.abril.com.br/politica/governo-dilma-ignora-perseguiçao-a-brasileiros-no-paraguai/>. Acesso em: 14 out. 2016.

RIQUELME, Quintín. **Los sin tierra en Paraguay**. Conflictos agrarios y movimiento campesino. Buenos Aires: CLACSO, 2003.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RASMUSSEN, Mattias Borg; LUND, Christian. Reconfiguring Frontier Spaces: The territorialization of resource control. **World Development**, p. 388-399, 2018.

ROMERO, Fernando Gabriel. La lucha del campesinado paraguayo frente a la concentración y extranjerización de la tierra. VILLAGRA, Luis Rojas (Org.). **Neoliberalismo en América Latina: crisis, tendencias y alternativas**. Buenos Aires: CLACSO, 2015, p. 125-145.

RUBIO, Blanca. **Explotados y excluidos**. Los campesinos latinoamericanos en la fase agroexportadora neoliberal. San Rafael: Plaza y Valdés S.A., 2001.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: HUCITEC, 2002.

SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. **Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016)**. São Paulo: Editora Elefante, 2018.

SAUER, Sérgio; LEITE, Sergio Pereira. Agrarian structure foreign investment in land and land prices in Brazil. **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 3-4, p. 873-898, 2012.

SCHVARTZMAN, Mauricio. **Contribuciones al estudio de la sociedad paraguaya**. Asunción: BASE Investigaciones Sociales, 2017 [1988].

SILVA, Kamila. A participação dos brasileiros na crise política do Paraguai: análise a partir do Governo Lugo. **Revista Fronteiras**, v. 15, n. 26, p. 11-40, 2013.

TALESCA, Ignacio. **Ligas Agrarias Cristianas (1960-1980): Orígenes del Movimiento Campesino en Paraguay**. Asunción: CEPAG, 2004.

VERA, Elsy; RIQUELME, Quintín. **A otra cara de la soja**. El impacto del agronegocio en la agricultura familiar y la producción de alimentos. Asunción: Jakaru Porã Haguã, 2013.

VILLAGRA, Luis Rojas. **Actores del Agronegocio en Paraguay**. Asunción: BASE Investigaciones Sociales, 2009.

_____. **La tierra en disputa**. Extractivismo, exclusión y resistencia. Asunción: BASE Investigaciones Sociales, 2014.

_____. **Tereré jere**. Alternativas a la sociedad paraguaya actual. Asunción: BASE Investigaciones Sociales, 2015.

VILLAGRA, Luis Rojas; ARECO, Abel. **Las colonias campesinas en el Paraguay**. Asunción: BASE Investigaciones Sociales, 2017.

VYUK, Cecilia. Curuguaty y Ñacunday: lucha por la tierra y golpe de Estado en Paraguay. **Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 3, n. 2, p. 57-73, jul./dez. 2015.

YEGROS, Ricardo; BREZZO, Liliana. **História das Relações Internacionais do Paraguai**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013.

WELCH, Clifford A.; FERNANDES, Bernardo Mançano. Peasant movements in Latin America: looking back, moving ahead. **Latin American Perspectives**, v. 36, n.4, p. 03-08, 2009.

Sobre a autora

Lorena Izá Pereira – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Pós-doutoranda pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Pesquisadora do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA). Pesquisadora Colaboradora do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI/UNESP). Presidenta da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-2352-1760>

Como citar este artigo

PEREIRA, Lorena Izá. Movimentos socioterritoriais na luta contra a estrangeirização do território: o caso da Liga Nacional de Carperos no Paraguai. **Revista NERA**, v. 24, n. 57, p. 79-103, Dossiê I ELAMSS, 2021.

Recebido para publicação em 18 de dezembro de 2019.

Devolvido para a revisão em 01 setembro de 2020.

Aceito para a publicação em 11 de setembro de 2021.
